Caderno Publicações Digitais
Diário do Acionista, 22 de março de 2024.

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112

Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2024.03.22 06:48:53 -03'00'

MGE TRANSMISSÃO S.A.

MGE TRANSMISSÃO S/A

CNPJ: 11.638.929/0001-67

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: CARTA DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação da Assembleia de Acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, com Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. A **MGE Transmissão S.A.** reafirma seu compromisso com a excelência na implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão sob sua responsabilidade, bem como agradece a colaboração dos seus Acionistas, Membros do Conselho de Administração, Colaboradores, Fornecedores, Financiadores e Órgãos Reguladores e Governamentais. **Conselho de Administração: 1. HISTÓRICO:** A **MGE Transmissão S.A.** ("Companhia"), constituída em 3 de fevereiro de 2010 é uma sociedade por ações de capital fechado, seus propósitos são específicos (SPE), atuando no setor de transmissão de energia elétrica é responsável pela construção, operação e manutenção das instalações sob sua concessão na Região Sudeste do Brasil, nos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica–ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME. Seu controle acionário é detido pela Gebbras Participações Ltda, controlada pelo Grupo Energia Bogotá, com 51% de participação e por Furnas Centrais Elétricas S.A., controlada pela Eletrobras, com 49%. Em 12 de julho de 2010, a Companhia assinou com a União Federal, por meio da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, o Contrato de Concessão nº 008/2010–ANEEL–Instalação de Transmissão de Rede Básica, com prazo de concessão de 30 anos. A conclusão da implantação e a operação comercial das instalações vinculadas ao seu contrato de concessão ocorreu em julho de 2014. **2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

Dados Econômico-financeiros	2023	2022
Receita Operacional Bruta (R$ mil)	85.417	105.673
Receita Operacional Líquida (R$ mil)	79.537	99.236
Resultado Financeiro (R$ mil)	(4.630)	(7.031)
Lucro Líquido do Exercício (R$ mil)	59.396	76.765
Ativo Total (R$ mil)	547.279	531.501
Dívida Bruta (R$ mil)	76.264	87.235
Dívida Líquida (R$ mil) (*)	61.037	73.262
Patrimônio Líquido (R$ mil)	415.747	384.802

(*) Dívida Líquida de Disponibilidades e Aplicações Financeiras

3. ENDIVIDAMENTO	Taxa anual de juros	31/12/2023	31/12/2022
BNDES Subcrédito A	TJLP + 2,03% a.a.	27.809	36.462
BNDES Subcrédito B	TJLP + 1,63% a.a.	4.915	6.445
BNDES Subcrédito C	TJLP	164	215
Capital de Giro – Banco Itaú	9,64% a.a.	-	2
BNDES Subcrédito A	IPCA + 3,67% a.a.	21.239	21.782
BNDES Subcrédito B	IPCA + 3,67% a.a.	22.137	22.329
Total		76.264	87.235
Circulante		13.877	13.603
Não circulante		62.387	73.632

4. CAPITAL SOCIAL: O capital social autorizado é de R$ 280.000.000,00 (duzentos e oitenta milhões de reais). O capital subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 278.231.800,00 (duzentos e setenta e oito milhões duzentos e trinta e um mil e oitocentos reais), representado por 278.231.800 ações ordinárias, sem valor nominal. **5. AUDITORES INDEPENDENTES:** Nos termos da Instrução CVM nº. 308/99, destacamos que a Companhia mantém contrato de auditoria externa com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. para a prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como para a revisão de informativos contábeis para atendimento às exigências regulatórias da ANEEL. A política de atuação da Companhia, quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria, fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO - 2023

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Conselheiros Titulares:		
Presidente	**De**	**Até**
Fernando Augusto Rojas Pinto	01/01/2023	31/12/2023
Vice-Presidente		
Victor Hugo Góes Ricco	01/01/2023	31/12/2023
Membros		
Flávio Cesar Guimarães Ávila	01/01/2023	31/12/2023
Lina Patricia Coy Calixto	01/01/2023	31/03/2023
Diego Alejandro Forero Beltrán	01/04/2023	31/12/2023
Conselheiros Suplentes		
Lina Patricia Coy Calixto	01/04/2023	03/11/2023
Miguel Angel Rojas Torres	01/01/2023	31/12/2023

DIRETORIA

Diretor Administrativo-Financeiro	De	Até
José Mauro Martins Leone	01/01/2023	08/03/2023
Gersino Saragosa Guerra	09/03/2023	31/12/2023
Diretor Técnico	**De**	**Até**
Antonio Costa e Costa	01/01/2023	31/12/2023

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Notas explicativas	Capital social	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**278.232**	**3.150**	**44.887**	–	**326.269**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	76.765	76.765
Destinação do resultado do exercício						
Constituição reserva legal		–	3.838	–	(3.838)	–
Dividendos mínimos obrigatórios por ação		–	–	–	(18.232)	(18.232)
Constituição reserva de retenção de lucros		–	–	54.695	(54.695)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**278.232**	**6.988**	**99.582**	–	**384.802**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	59.396	59.396
Destinação do resultado do exercício						
Constituição reserva legal		–	2.969	–	(2.969)	–
Dividendos mínimos obrigatórios por ação		–	–	–	(14.107)	(14.107)
Constituição reserva de retenção de lucros		–	–	42.320	(42.320)	–
Distribuição de dividendos adicionais		–	–	(14.344)	–	(14.344)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	13	**278.232**	**9.957**	**127.558**	–	**415.747**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.726	9.039
Concessionárias e permissionárias	6	6.750	6.912
Contas a receber (Ativo de contrato)	7	47.069	44.293
Outros créditos		425	1.892
Total do ativo circulante		**64.970**	**62.136**
Ativo não circulante			
Aplicações financeiras vinculadas	5	4.501	4.934
Contas a receber (Ativo de contrato)	7	476.953	463.520
Depósitos judiciais		612	623
Imobilizado		243	288
Total do ativo não circulante		**482.309**	**469.365**
Total do ativo		**547.279**	**531.501**
Passivo	**Nota explicativa**	**31.12.2023**	**31.12.2022**
Passivo circulante			
Fornecedores	9	744	1.673
Empréstimos e financiamentos	10	13.877	13.603
Impostos correntes a pagar		1.473	1.587
Dividendos a pagar	8.c	14.107	19.656
Outras contas a pagar	11	3.286	2.101
Total do passivo circulante		**33.487**	**38.620**
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	62.387	73.632
Tributos diferidos	18.a	35.267	34.176
Provisão para riscos	12.a	391	271
Total do passivo não circulante		**98.045**	**108.079**
Patrimônio líquido			
Capital social	13.a	278.232	278.232
Reserva de lucros	13.b	137.515	106.570
Total do patrimônio líquido		**415.747**	**384.802**
Total do patrimônio líquido e total do passivo		**547.279**	**531.501**

Demonstrações do resultado Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)*

	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022
Receita líquida	15	79.537	99.236
Custo de operação e manutenção	19.b	(10.213)	(9.933)
Lucro bruto		**69.324**	**89.303**
Despesas gerais e administrativas			
Remuneração do pessoal		(447)	(313)
Remuneração dos administradores	8.b	(569)	(484)
Serviços de terceiros		(567)	(682)
Outras receitas e despesas operacionais		(231)	(263)
Total das despesas gerais e administrativas	16	**(1.814)**	**(1.742)**
Lucro antes do resultado financeiro e dos impostos		**67.510**	**87.561**
Receitas financeiras	17	2.533	1.616
Despesas financeiras	17	(7.163)	(8.647)
Resultado financeiro líquido		**(4.630)**	**(7.031)**
Lucro antes dos impostos		**62.880**	**80.530**
Imposto de renda e contribuição social	18.c	(3.484)	(3.765)
Lucro líquido do exercício		**59.396**	**76.765**
Resultado por ação–em reais	14	**0,2135**	**0,2759**

Demonstrações do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	31.12.2023	31.12.2022
Lucro líquido do exercício	59.396	76.765
Total do resultado abrangente do exercício	**59.396**	**76.765**

Demonstrações dos fluxos de caixa–Método indireto
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022
Fluxo de caixa de atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		59.396	76.765
Ajustes lucro:			
PIS e COFINS diferidos	18.b	592	1.451
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.c	499	1.224
Depreciação		50	63
Remuneração do ativo de contrato	7	(63.764)	(83.305)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	10.a	6.973	8.376
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Contas a receber (Ativo de contrato)		47.555	43.553
Concessionárias e permissionárias		162	(1.394)
Outros créditos e outros ativos		1.478	(1.754)
Provisão para riscos		120	(165)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores		(929)	197
Impostos correntes a pagar		2.369	2.436
Outras contas a pagar		1.185	(2.341)
Empréstimos e financiamentos–juros	10.a	(4.590)	(5.425)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.483)	(1.702)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**48.613**	**37.979**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras		433	(38)
Aquisição de imobilizado		(5)	(9)
Caixa líquido gerado/aplicado pelas atividades de investimento		**428**	**(47)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de empréstimos e financiamentos–principal	10.a	(13.354)	(13.067)
Dividendos pagos	13.c	(34.000)	(20.000)
Caixa líquido aplicado pelas atividades de financiamento		**(47.354)**	**(33.067)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**1.687**	**4.865**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	9.039	4.174
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	10.726	9.039
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**1.687**	**4.865**

Demonstrações do valor adicionado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	31.12.2023	31.12.2022
Receitas		
Receitas relativas à operação e manutenção	21.653	22.368
Receitas relativas à remuneração do ativo de contrato	63.764	83.305
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, serviços de terceiros e outros	(9.663)	(9.638)
Valor adicionado bruto	**75.754**	**96.035**
Depreciação e amortização	(50)	(63)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**75.704**	**95.972**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	2.533	1.616
Valor adicionado total a distribuir	**78.237**	**97.588**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	**1.854**	**1.544**
Remunerações	716	577
Férias e 13º Salário	152	143
Encargos sociais (Exceto INSS)	70	60
Benefícios	347	280
Administradores	569	484
Impostos, taxas e contribuições	**9.824**	**10.632**
INSS (Sobre folha de pagamento)	239	189
ICMS	88	70
PIS/COFINS s/faturamento	3.140	3.849
Tributos sobre o lucro	3.484	3.765
Obrigações intrassetoriais	2.740	2.588
Outros	133	171
Remuneração de capitais de terceiros	**7.163**	**8.647**
Encargos de dívida e variação monetária	7.047	8.538
Outras	116	109
Remuneração de capitais próprios	**59.396**	**76.765**
Lucro retido do exercício	45.289	58.533
Dividendos	14.107	18.232
Valor adicionado distribuído	**78.237**	**97.588**

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais – R$, exceto quando indicado de outra forma):* 1 Informações gerais: 1.1 Contexto operacional: A MGE Transmissão S.A. ("MGE" ou "Companhia"), sediada na cidade do Rio de Janeiro, foi constituída em 3 de fevereiro de 2010, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, criada pelo Consórcio MGE atualmente formado por Gebbras Participações Ltda, controlada pelo Grupo Energia Bogotá, com 51% e por Furnas Centrais Elétricas S.A., controlada pela Eletrobras, com 49%, vencedor do Lote G do Leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) nº 005/2009 para executar o objeto do Contrato de Concessão nº 008/2010–ANEEL. Atuando no setor de transmissão de energia elétrica, a Companhia é responsável pela construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica localizados nos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. **1.2 Da concessão:** No dia 12 de julho de 2010, a Companhia assinou com a União Federal, por meio da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, o Contrato de Concessão nº 008/2010–ANEEL–Instalação de Transmissão de Rede Básica, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 (trinta) anos para implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão: (i) LT 500 kV, CS SE Mesquita–SE Mutum com 136 km; (ii) LT 500 kV, CS SE Mutum – SE Viana 2 com 119 km; (iii) LT 345 kV CD SE Viana 2–SE Viana com 8 km; (iv) Subestação Viana 2 em 500/345 kV e (v) Entradas de linha, interligação de barras, autotransformador, reatores de linha, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. As instalações acima entraram em operação comercial em julho de 2014. A prestação do serviço público de transmissão ocorre mediante o pagamento à transmissora da Receita Anual Permitida (RAP) a ser auferida a partir da data de disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial. Conforme a Resolução Homologatória nº 3.216/2023, emitida pela ANEEL, o valor anual definido para a RAP, no ciclo tarifário julho/2023 a junho/2024, é de R$67.514 (R$64.237 no ciclo julho/2022 a junho/2023), incluindo as contribuições reembolsáveis (PIS e COFINS). Essa receita será corrigida anualmente no mês de julho pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), nos termos da cláusula sexta do Contrato de Concessão. Além disso, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP, nos termos da cláusula sétima do Contrato de Concessão, em intervalos de cinco anos durante o período de concessão, no 5º, 10º e 15º ano, contados do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão onde será revisado o custo de capital de terceiros, sendo que a revisão tarifária periódica do 15º ano ocorrerá em julho de 2026. O recebimento da RAP será linear durante a concessão e sem decréscimo, considerando que não há previsão de alteração do rol de prestação de serviços da Transmissora, bem como de redução de instalações de transmissão sob a responsabilidade da Companhia, que, porventura, possa justificar a diminuição da receita a ser percebida. Os montantes faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios: • Reserva Global de Reversão (RGR)–Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu percentual anual equivale a 2,6% da receita operacional. • Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)–Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pela Aneel no percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. • Pesquisa & Desenvolvimento (P&D)–Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida. A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto do Contrato de Concessão, nos termos da Resolução Normativa n° 443/2011, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à Transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Em 31 de dezembro de 2023, a Administração estima que o valor histórico de indenização é de R$127.393, valor este correspondente a estimativa de valor residual contábil do ativo imobilizado conforme demonstrações contábeis regulatórias elaboradas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE). Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais. A reversão dos bens da concessão ao Poder Concedente ocorrerá após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora. A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os artigos 6 e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão. **2 Base de preparação: 2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Todas as informações relevantes próprias destas demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. Em 31 de dezembro de 2023, avaliamos a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e estamos certos de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade aos negócios no futuro. Não temos conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia em continuar operando. **2.2 Data de aprovação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 05 de fevereiro de 2024. **2.3 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.5 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e as premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. A seguir, são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: ***(i) Contabilização de contratos de concessão:*** Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual. ***(ii) Reconhecimento do ativo de contrato:*** A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada, vide nota explicativa 1.2. ***(iii) Determinação da taxa efetiva de desconto do ativo de contrato:*** A taxa aplicada ao ativo contratual é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado. A taxa implícita utilizada pela Companhia é de 6,59% a.a. para a implantação do projeto e de 9,48% a.a. para a ampliação. **3 Principais práticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras: **a. Receita operacional:** Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: • Receita de infraestrutura: Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada por meio de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado pelo regime de competência. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. • Receita de remuneração ativo de concessão: Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. • Receita de operação e manutenção: Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **b. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo. A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***(i) Ativos financeiros:*** Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado. *Custo amortizado:* São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment (redução ao valor recuperável de ativos). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2023, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: "Caixa e bancos", "Contas a receber (ativo de contrato)", "Concessionárias e permissionárias" e "Outros créditos". *Valor justo por meio do resultado:* Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. Em 31 de dezembro de 2023, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: "Aplicações financeiras". ***(ii) Passivos financeiros:*** Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. Em 31 de dezembro de 2023, os passivos financeiros da Companhia classificados como custo amortizado compreendiam "Outras contas a pagar", "Fornecedores", "Empréstimos e financiamentos", "Dividendos" e "Obrigações estimadas". **c. Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os valores mantidos em caixa, bancos e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor. **d. Concessionárias e permissionárias:** Correspondem aos recebíveis do contrato de concessão de serviços, compreendendo os valores decorrentes de Instalações de Transmissão de Rede Básica (RBL). **e. Ativo de contrato:** A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47–Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. **f. Despesas antecipadas:** Correspondem aos prêmios de seguros pagos antecipadamente que serão apropriados de acordo com a vigência das apólices. **g. Demais ativos circulante e não circulante:** São apresentados pelo valor líquido de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias incorridas. **h. Passivos circulante e não circulante:** São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas, previstas contratualmente. **i. Impostos e contribuições:** A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando a sistemática de lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescentada do adicional de 10% sobre o lucro presumido a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda presumido a uma alíquota de 12%. Quando aplicável, os impostos sobre a renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. **j. Redução ao valor recuperável de ativos ("Impairment'):** A cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. A Companhia não identificou perdas por redução ao valor recuperável de ativos a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. **k. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). **l. Resultado por ação:** O resultado por ação, é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia. **m. Demonstrações dos fluxos de caixa ("DFC"):** A Companhia classifica nas demonstrações de fluxos de caixa os juros pagos como atividade operacional, por entender que os juros pagos não representam custos para obtenção de recursos financeiros. **n. Demonstração do valor adicionado ("DVA"):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia, e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como informação suplementar às demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS ***International Financial Reporting Standards*** **(Normas Internacionais de Relatório Financeiro)**. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09–Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para perda de créditos), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **3.1 Normas e interpretações novas e revisadas: Novas normas aplicadas a partir de 01/01/2023:** No exercício

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2024.03.22 06:49:13 -03'00'

MGE TRANSMISSÃO S/A

CNPJ: 11.638.929/0001-67

corrente, a Companhia adotou as alterações e novas interpretações aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis–CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 50/ IFRS 17	Contratos de Seguros	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1 e *IFRS Practice Statement 2 – Making Material Judgments*	Divulgação de políticas contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 23/ IAS 8	Definição de estimativas contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 32/ IAS 12	Impostos diferidos relacionados com ativos e passivos decorrentes de uma única transação	01/01/2023

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados da Companhia ou sobre as divulgações nestas demonstrações financeiras. **Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis**

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 26/ IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2024
Alterações à IFRS 10/ CPC 36 (R3) e à IAS 28/ CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto	01/01/2024
Alterações à IAS 1	Passivo Não Circulante com *Covenants*	
Alterações ao CPC 06/ IFRS 16	Contabilização de *leaseback*	01/01/2024
Alterações ao CPC 40/ IAS 7 / IFRS 7	Divulgação de informações sobre acordos financeiros	01/01/2024

Atualmente, a Administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas demonstrações financeiras. Contudo, com base nas análises realizadas até o momento, a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis.

4 Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2023	31/12/2022
Bancos	1.876	2.156
Aplicações financeiras	8.850	6.883
Total	**10.726**	**9.039**

O saldo de aplicações financeiras apresenta a seguinte composição:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/12/2023	31/12/2022
Banco Itaú	CDB-DI	98,71% CDI	8.850	6.883
Total			**8.850**	**6.883**

Os equivalentes de caixa em moeda nacional possuem liquidez imediata e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros está divulgada na nota explicativa de n° 20. **5 Aplicações financeiras vinculadas (Caixa restrito):** Referem-se à aplicação restrita para garantia do contrato de financiamento firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") e corresponde a um multiplicador do valor da última prestação mensal paga do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida. As principais informações estão descritas a seguir:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/12/2023	31/12/2022
Banco Itaú	Fundo de Investimento	93,99% CDI (*)	4.501	4.934
Total			**4.501**	**4.934**

(*) Rentabilidade relativa ao benchmark dos últimos 12 meses. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros está divulgada na nota explicativa de n° 20. **6 Concessionárias e permissionárias:** Refere-se à apuração do valor a receber dos usuários do sistema de transmissão informado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico–ONS. A Companhia não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois no caso de não pagamento, a própria, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

	31/12/2023	31/12/2022
Concessionárias e permissionárias	6.750	6.912
Total	**6.750**	**6.912**

7 Contas a receber (Ativo de contrato)

	Saldo ativo de contrato em 31/12/2021	Atualização/ remuneração do ativo de contrato (+)	Realização do ativo de contrato (-)	Saldo ativo de contrato em 31/12/2022
Ativo de contrato	**468.061**	**83.305**	**(43.553)**	**507.813**
Circulante	39.642			44.293
Não circulante	428.419			463.520

	Saldo ativo de contrato em 31/12/2022	Atualização/ remuneração do ativo de contrato (+)	Realização do ativo de contrato (-)	Saldo ativo de contrato em 31/12/2023
Ativo de contrato	**507.813**	**63.764**	**(47.555)**	**524.022**
Circulante	44.293			47.069
Não circulante	463.520			476.953

O ativo de contrato refere-se à prestação de serviços de construção, operação e manutenção das instalações de transmissão e estão classificadas como custo amortizado. **8 Transações com partes relacionadas:** A Administração identificou como partes relacionadas suas acionistas, seus diretores, seus conselheiros e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1)–Divulgação sobre partes relacionadas. As transações com partes relacionadas ocorridas nos períodos reportados e seus efeitos estão descritos a seguir: **a. Prestação de serviços com Furnas Centrais Elétricas S.A.:** A Companhia possuía contrato de O&M com Furnas até dezembro de 2016, porém o serviço foi prestado até 05 de janeiro de 2017. O valor do serviço prestado após a finalização do contrato foi totalmente liquidado em outubro de 2023. **b. Remuneração dos administradores:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a remuneração dos administradores totalizou R$569 (R$484 em 2022), sendo registrada como despesas gerais e administrativas.

	31/12/2023	31/12/2023
Remuneração	(466)	(385)
Encargos e benefícios	(103)	(99)
Total	**(569)**	**(484)**

c. Dividendos a pagar	31/12/2023	31/12/2022
Gebbras Participações Ltda	7.195	10.025
Furnas Centrais Elétricas S.A.	6.912	9.631
Total	**14.107**	**19.656**

9 Fornecedores	31/12/2023	31/12/2022
Mapa Construtora e Serviços Ltda	68	68
Engex Engenharia Ltda	20	-
Furnas Centrais Elétricas S.A.	23	497
Cemig Geração e Transmissão S.A.	12	-
Engelinhas Serviços e Engenharia Ltda	-	687
SVA Segurança e Vigilância Armada Eireli	429	315
Outros	192	106
Total	**744**	**1.673**

10 Empréstimos e financiamentos: a. Composição

	Taxa anual de juros	31/12/2023	31/12/2022
BNDES Subcrédito A	TJLP + 2,03% a.a.	27.809	36.462
BNDES Subcrédito B	TJLP + 1,63% a.a.	4.915	6.445
BNDES Subcrédito C	TJLP	164	215
Capital de Giro – Banco Itaú	9,64% a.a.	-	2
BNDES Subcrédito A	IPCA + 3,67% a.a.	21.239	21.782
BNDES Subcrédito B	IPCA + 3,67% a.a.	22.137	22.329
Total		**76.264**	**87.235**
Circulante		13.877	13.603
Não circulante		62.387	73.632

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	**97.351**
Provisões de juros	8.376
Juros pagos	(5.425)
Amortização de principal	(13.067)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**87.235**
Provisões de juros	6.973
Juros pagos	(4.590)
Amortização de principal	(13.354)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**76.264**

b. Cronograma de pagamento não circulante

2024	13.877
2025	13.877
2026 a 2027	34.633
Total	**62.387**

c. Garantias: Por força dos referidos contratos de financiamento, a Companhia cedeu fiduciariamente, por meio de "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças", a totalidade dos direitos creditórios de que era titular emergente do Contrato de Concessão nº 008/2010–ANEEL, firmado com a União, representada pela ANEEL–Agência Nacional de Energia Elétrica, e do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão CPST nº 2010-012-03 MGE TRA: CCO-2010-012, firmado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico–ONS. As intervenientes Gebbras e Furnas deram ao BNDES, em penhor, em caráter irrevogável e irretratável, a partir da assinatura do referido instrumento e até a liquidação de todas as obrigações assumidas, a totalidade das ações de emissão da Companhia de sua titularidade. **d. Covenants;** O contrato firmado com o BNDES contém cláusulas restritivas sobre o nível de e índice de cobertura do capital próprio, a manutenção de conta reserva de repasse em conformidade com o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) apurado, a manutenção do patrimônio líquido em relação ao total de ativo em percentual igual ou superior a 30%, além de distribuição de dividendos, cessão de créditos, fusão, incorporação ou qualquer reestruturação societária, as quais, se ocorrerem, devem ser previamente autorizadas pelos agentes financeiros. Caso ocorra algum desses eventos sem anuência dos credores, os saldos em aberto terão vencimento antecipado. O contrato ainda prevê o cumprimento de obrigações (*covenants*) não financeiros que se relacionam principalmente a questões sociais e operacionais. De acordo com as cláusulas contratuais, o ICSD é de, no mínimo, 1,30 (um inteiro e trinta centésimos), cuja medição é realizada anualmente com base nas demonstrações financeiras regulatórias anuais. Se o ICSD for de no mínimo 1,30 a Companhia precisará manter uma conta reserva de repasse de três vezes o valor mensal da amortização vincenda do serviço da dívida, e se o ICSD for inferior a 1,30 a Companhia deverá manter na conta reserva o montante equivalente a seis vezes o valor mensal da amortização vincenda do serviço da dívida. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia está em conformidade com a referida cláusula de covenants.

11 Outras contas a pagar	31/12/2023	31/12/2022
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	716	473
Reserva global de reversão–RGR	682	838
Taxa de fiscalização–TFSEE	564	530
Antecipação – Aviso de crédito de clientes	1.061	-
Outros	263	260
Total	**3.286**	**2.101**

12 Provisão para riscos: A Companhia está envolvida em processos cíveis, tanto na esfera administrativa como na esfera judicial, conforme informações abaixo:

	31/12/2023			31/12/2022		
Risco	**Cível**	**Trabalhista**	**Total**	**Cível**	**Trabalhista**	**Total**
Provável (a)	391	-	391	271	-	271
Possível (b)	9.510	-	9.510	10.364	-	10.364
	9.901	**-**	**9.901**	**10.635**	**-**	**10.635**

a. Processos prováveis: Composto por processos de indenização por instituição de servidão de passagem no montante de R$391 (valor atualizado). **b. Processos possíveis:** compõe-se principalmente por processos de indenização por instituição de servidão de passagem no montante de R$9.233 (valor atualizado), sendo o valor remanescente pulverizado em diversos processos. **13 Patrimônio líquido: a. Capital social:** O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R$278.232, representado por 278.231.800 ações ordinárias, sem valor nominal.

	31/12/2023			31/12/2022		
Acionistas	**Quantidade de ações ordinárias**	**% do capital**	**Valor**	**Quantidade de ações ordinárias**	**% do capital**	**Valor**
Gebbras Participações Ltda	141.898.218	51	141.898	141.898.218	51	141.898
Furnas–Centrais Elétricas S.A.	136.333.582	49	136.334	136.333.582	49	136.334
Total	**278.231.800**	**100**	**278.232**	**278.231.800**	**100**	**278.232**

b. Reservas de lucros: As reservas de lucros são compostas por reserva legal e reserva de retenção de lucros. A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício e é limitada a 20% do capital social, conforme legislação societária e definição do estatuto social da Companhia. A reserva de retenção de lucros é deliberada anualmente em Assembleia Geral Ordinária (AGO).

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	59.396	76.765
Reserva legal (5%)	(2.969)	(3.838)
Lucro líquido do exercício ajustado	**56.427**	**72.927**
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	14.107	18.232
Reserva de retenção de lucros	42.320	54.695

A movimentação das reservas de lucros está demonstrada a seguir:

Saldo das reservas de lucro em 31 de dezembro de 2022	**106.570**
Constituição reserva de lucros	45.289
Distribuição de dividendos adicionais	(14.344)
Saldo das reservas de lucro em 31 de dezembro de 2023	**137.515**

c. Dividendos: Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral e fará jus a um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76. A expectativa da Companhia é que parte dos dividendos de exercícios anteriores seja distribuída, assim que a Companhia apresentar saldo de caixa suficiente para tal distribuição. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia efetuou o pagamento de R$34.000, referente a dividendos de exercícios anteriores. A movimentação dos dividendos está demonstrada a seguir:

Saldo de dividendos em 31 de dezembro de 2022	**19.656**
Pagamento de dividendos	(19.656)
Constituição de dividendos adicionais	14.344
Pagamento de dividendos adicionais	(14.344)
Dividendos mínimos obrigatórios	14.107
Saldo de dividendos em 31 de dezembro de 2023	**14.107**

14 Resultado por ação	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	59.396	76.765
Quantidade de ações ordinárias (em milhares)	278.232	278.232
Resultado por ação ordinária (em Reais)	**0,2135**	**0,2759**

Não há efeitos de diluição no cálculo do resultado por ação.

15 Receita líquida	31/12/2023	31/12/2022
Receita de remuneração do ativo de contrato	63.764	83.305
Receita de operação	21.653	22.368
Receita bruta	**85.417**	**105.673**
(-) PIS e COFINS	(3.140)	(3.849)
(-) Encargos regulatórios	(2.740)	(2.588)
Receita líquida	**79.537**	**99.236**

16 Despesas gerais e administrativas	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(447)	(313)
Administradores	(569)	(484)
Material	(3)	(4)
Serviços de terceiros	(567)	(685)
Seguros	(10)	(22)
Tributos	-	(3)
Depreciação	(50)	(63)
Outras despesas e receitas operacionais	(168)	(168)
Total	**(1.814)**	**(1.742)**

17 Resultado financeiro	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	2.507	1.543
Outras receitas financeiras	26	73
	2.533	**1.616**
Despesas financeiras		
Juros s/empréstimos e financiamentos	(6.973)	(8.375)
Atualizações monetárias	(74)	(163)
Outras despesas financeiras	(116)	(109)
	(7.163)	**(8.647)**
Total do resultado financeiro	**(4.630)**	**(7.031)**

18 Impostos e contribuições: a. Tributos diferidos

Natureza dos tributos	31/12/2023	31/12/2022
PIS diferido	3.406	3.301
COFINS diferido	15.721	15.234
IRPJ diferido	10.480	10.156
CSLL diferido	5.660	5.485
	35.267	**34.176**

b. PIS e COFINS–Deduções da receita	31/12/2023	31/12/2022
Receita anual permitida (RAP)	69.813	65.697
Alíquota de PIS e COFINS	3,65%	3,65%
Imposto corrente no resultado	**(2.548)**	**(2.398)**
Receita de remuneração e construção do ativo de contrato	63.764	83.305
Base de cálculo do imposto diferido	63.764	83.305
Alíquota de PIS e COFINS	3,65%	3,65%
Valores de PIS e COFINS	(2.327)	(3.041)
Baixa de PIS/COFINS diferidos	1.735	1.590
Imposto diferido no resultado	**(592)**	**(1.451)**
PIS e COFINS dedução da receita	**(3.140)**	**(3.849)**

c. Imposto de renda e contribuição social	31/12/2023		31/12/2022	
	IRPJ	**CSLL**	**IRPJ**	**CSLL**
Receita Anual Permitida (RAP)	69.813	69.813	65.697	65.697
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
(=) Lucro presumido	5.585	8.378	5.256	7.884
Receitas financeiras	2.525	2.525	1.592	1.592
Base de cálculo	8.110	10.903	6.848	9.476
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social	15%	9%	15%	9%
Valores do IRPJ e da CSLL	(1.216)	(981)	(1.027)	(853)
Adicional de 10%–IRPJ	(787)	-	(661)	-
Imposto corrente no resultado	**(2.003)**	**(981)**	**(1.688)**	**(853)**
Receita de remuneração e construção do ativo de contrato	63.764	63.764	83.305	83.305
Base de cálculo do imposto diferido	63.764	63.764	83.305	83.305
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
Base presumida	5.101	7.652	6.664	9.997
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social	25%	9%	25%	9%
Valores do IRPJ e da CSLL	(1.275)	(689)	(1.666)	(900)
Baixa de IRPJ/CSLL diferidos	951	513	872	470
Imposto diferido no resultado	**(324)**	**(176)**	**(794)**	**(430)**
Total do imposto de renda e contribuição social no resultado	**(2.327)**	**(1.157)**	**(2.482)**	**(1.283)**

19 Custos: a. Custos de operação e manutenção	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(1.077)	(937)
Material	(897)	(123)
Serviços de terceiros	(8.045)	(8.028)
Arrendamentos e aluguéis	(104)	(14)
Seguros	(183)	(145)
Provisão para litígios	(120)	165
Outros custos de operação e manutenção	213	(851)
Total	**(10.213)**	**(9.933)**

20 Instrumentos financeiros: a. Classificação dos instrumentos financeiros

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2023	**Classificação de acordo com o CPC 48**	**Valor contábil de acordo com o CPC 48**	**Nível valor justo**
Caixa e Equivalente de caixa	Custo amortizado/Valor justo por meio do resultado	10.726	1
Aplicações financeiras vinculadas	Valor justo por meio do resultado	4.501	1
Concessionárias e permissionárias	Custo amortizado	6.750	
Contas a receber (Ativo de contrato)	Custo amortizado	524.022	
Outros créditos	Custo amortizado	425	
		546.424	

Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2023	**Classificação de acordo com o CPC 48**	**Valor contábil de acordo com o CPC 48**	**Nível valor justo**
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	76.264	
Fornecedores	Custo amortizado	744	
Dividendos a pagar	Custo amortizado	14.107	
Outras contas a pagar	Custo amortizado	3.286	
		94.401	

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2022	**Classificação de acordo com o CPC 48**	**Valor contábil de acordo com o CPC 48**	**Nível valor justo**
Caixa e Equivalente de caixa	Custo amortizado/Valor justo por meio do resultado	9.039	1
Aplicações financeiras vinculadas	Valor justo por meio do resultado	4.934	1
Concessionárias e permissionárias	Custo amortizado	6.912	
Contas a receber (Ativo de contrato)	Custo amortizado	507.813	
Outros créditos	Custo amortizado	1.892	
		530.590	

Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2022	**Classificação de acordo com o CPC 48**	**Valor contábil de acordo com o CPC 48**	**Nível valor justo**
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	87.235	
Fornecedores	Custo amortizado	1.673	
Dividendos a pagar	Custo amortizado	19.656	
Outras contas a pagar	Custo amortizado	2.003	
		110.567	

b. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes, títulos e valores mobiliários, registrados ao valor justo por meio de resultado e custo amortizado, são classificados como nível 1. Para determinação do valor, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. Hierarquia do valor justo: Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir: Nível 1–Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. Nível 2–Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Nível 3–Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **c. Gerenciamento de riscos:** A Companhia está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado. ***(i) Risco de crédito:*** Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Em relação ao contas a receber, a Companhia possui o direito contratual de receber um ativo financeiro e, historicamente, está não possui títulos vencidos relevantes. Além disso, os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico–ONS. ***(ii) Risco de liquidez:*** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração do risco de liquidez é o acompanhamento do fluxo de caixa e a requisição de aportes dos acionistas, quando identificada a necessidade. O quadro a seguir demonstra análise dos vencimentos para os principais passivos financeiros, incluindo a projeção de correção monetária e juros futuros, em 31 de dezembro de 2023.

	Total	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Mais de 2 anos
Fornecedores	744	744	–	–
Empréstimos e financiamentos	85.412	14.955	29.779	40.678

(iii) Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado — tais como as taxas de juros e os preços de ações — irão afetar os ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. *Riscos relacionados às aplicações financeiras:* A Companhia adota política conservadora de aplicação dos recursos e a maior parte destes é alocada em Certificados de Depósitos Bancários. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui aplicações de caráter especulativo tampouco outros ativos de risco. *Riscos relacionados à taxa de juros:* Na Companhia, o principal fator de risco é a possibilidade de ocorrerem perdas por conta de flutuações nas taxas de juros (TJLP). **d. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** As operações da Companhia são indexadas preponderantemente com taxas de juros prefixadas e atreladas à variação do CDI e da TJLP. Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros (empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras) indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas apuradas em 31 de dezembro de 2023, averiguando-se o impacto nas despesas e nas receitas financeiras, para o caso da variável de risco CDI e TJPL, no período de um ano. O Cenário I corresponde às taxas de juros informadas no *site* do Banco Central, e, na avaliação da Administração, é o cenário mais provável de se realizar nas datas de vencimento de cada uma das operações. Para os Cenários II e III, considerou-se uma elevação e uma redução de 25% e 50% nas variáveis de risco. Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Risco	Exposição	Cenário provável (*)	Queda de 25%	Queda de 50%
CDI (%)	Redução do CDI		13,03	9,77	6,52
Aplicações financeiras		13.351	1.740	1.304	870
Impacto no resultado			-	(436)	(870)

(*) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil – BACEN. Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Risco	Exposição	Cenário provável (*)	Aumento de 25%	Aumento de 50%
TJLP (%)	Aumento da TJLP		7,00	8,75	10,50
Empréstimos e financiamentos		76.264	5.338	6.673	8.008
Impacto no resultado			-	(1.335)	(2.670)

(*) Conforme dados divulgados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. **21 Seguros:** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O resumo das apólices vigentes em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

	Valor Segurado	Vigência
Administradores / Seguro D&O (*)	30.000	30/04/2023 a 30/04/2024
Risco operacional	72.571	30/04/2023 a 30/04/2024
Responsabilidade civil geral	6.000	30/04/2023 a 30/04/2024

(*) Apólice Unificada com outras Companhias do Grupo. **22 Questões ambientais:** As condicionantes definidas no licenciamento ambiental expedido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis–IBAMA estão sendo regularmente cumpridas pela Companhia. **23 Eventos subsequentes – Incorporação do acionista Furnas pela Eletrobras:** As Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, controlador do acionista Furnas, aprovou em 11 de janeiro de 2024, em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, a autorização aos administradores da Eletrobras a praticarem todos os atos necessários à implementação da Incorporação de Furnas pela Eletrobras, com eficácia condicionada à implementação das condições suspensivas previstas no Protocolo e Justificação.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2024.

Gersino Saragosa Guerra -Diretor Administrativo-Financeiro
Antônio Costa e Costa - Diretor Técnico
Credibile Soluções Contábeis e Emp. S/S
Leandro Borges Jordão - Contador - CRC GO-001605/O

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da MGE Transmissão S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da MGE Transmissão S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MGE Transmissão S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** *Demonstrações do valor adicionado:* As demonstrações do valor adicionado ("DVA"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação da nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definid s nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras. **Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações financeiras:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 5 de fevereiro de 2024. DELOITTE TOUCHE TOHMATSU - Auditores Independentes Ltda. - CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ; Diego Wailer da Silva - Contador - CRC nº 1 RS 074562/O-3.